

Editorial

Federalismo, Políticas Educacionais e Participação Social

A Revista Research, Society and Development, em parceria com o Grupo de Pesquisa Federalismo e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e com o Grupo Espaços Deliberativos e Governança Pública do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Gegop-Clacso), tem a honra de apresentar o dossiê “Federalismo, Políticas Educacionais e Participação Social”.

O federalismo tem se constituído numa das questões mais emblemáticas para o debate sobre a governança das políticas públicas educacionais, na medida em que incide sobre aspectos relativos à organização da educação, ao grau de descentralização para a oferta educativa e ao grau de participação social na definição do planejamento educacional para assegurar que esta oferta seja de qualidade

Assim, as questões relativas às relações intergovernamentais para a garantia do direito à educação, à definição do Sistema Nacional de Educação e do regime de colaboração, bem como da participação social no planejamento das políticas públicas de educação são temas que foram convergentes para que os grupos de pesquisa acima citados envidassem esforços para organizar este dossiê com a participação de pesquisadores de distintas instituições brasileiras e internacionais.

Os textos que compõem este dossiê permitem dar visibilidade ao enlace entre a forma da organização do Estado nacional (federativa), as políticas educacionais e a dimensão da participação cidadã por meio de estudos sobre teorias e experiências internacionais, nacionais e locais.

Com o primeiro artigo deste dossiê “Educación para la sostenibilidad: Un nuevo reto para el actual modelo universitario”, de Ana Fernández Pérez, se discute e problematiza os desafios para as universidades a partir da Agenda 2030 das Nações Unidas adotada pela comunidade internacional em setembro de 2015. Importa destacar que, no contexto de obscurantismo e ataque às universidades públicas pelo qual passa o Brasil, a autora resgata os compromissos que as universidades devem ter com a democracia, a justiça, a igualdade, a solidariedade e os direitos humanos, potencializando conhecimentos críticos para a formação

de pessoas e profissionais que sejam cidadãos ativos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Jones Nogueira Barros, Carmen Pineda Nebot, e Herbert Cristhiano Pinheiro de Andrade analisam o Plano Nacional de Educação (PNE -2014-2024) enfatizando que o mesmo possui dois grupos de desafios: os estatais propriamente ditos e os de interação Estado-sociedade. Esses desafios podem ser sintetizados na constatação de que o cumprimento das metas e estratégias do PNE, por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é muito difícil, especialmente no momento em que o país atravessa uma grave crise econômica, política, social e educativa, somada a um ajuste e controle dos gastos públicos sem transparência.

No artigo “Estado, federalismo e políticas educacionais – implicações na educação brasileira” Karla Cristina Silva Sousa discute a relação existente entre Estado e federalismo enquanto forma organizacional político-administrativa do Estado e suas implicações na política educacional brasileira a partir dos clássicos. Já Rosilene Lagares, Jemima G. Barreira Cavalcante e Damião Rocha contextualizam o regime de colaboração a partir da revisão de literatura e de análise de documentos, mostrando o sentido que é atribuído ao regime de colaboração em normas, documentos e espaços de gestão no Poder Legislativo, no Poder Executivo e em espaços designados para a gestão democrática da educação.

Reconhecendo que os problemas em torno das desigualdades na oferta e na qualidade da educação no Brasil refletem na desarticulação entre os sistemas de ensino e dificuldades nas condições de gestão e que a alternativa para superar os entraves para a efetivação desse direito social seria a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), Isleide Barbosa da Silva apresenta no artigo “O pacto federativo na construção do sistema nacional de educação: do cumprimento de competências à perspectiva da garantia do direito” uma análise da organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Gestão Única da Educação Básica das Redes Estadual e Municipal de Ensino Público de Mato Grosso, com o objetivo de compreender a cooperação federativa para a construção do SNE.

Flávio Bezerra de Sousa, Maria Abádia da Silva, Walisson Maurício de Pinho Araújo analisam no artigo “A premência na recomposição do Fórum Nacional de Educação: Portaria nº. 577/2017 e instâncias permanentes de negociação” a recente conjuntura de “recomposição” unilateral, restritiva, antidemocrática do Fórum Nacional de Educação por parte do Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 557/2017 e do Decreto do Executivo Federal s/nº, de 26 de abril de 2017, o que resultou, na prática, no alijamento de entidades que tinham representação nesta instância de controle e acompanhamento das metas e estratégias

do PNE, inviabilizando a participação social, a realização das conferências de educação e incidindo nas relações intergovernamentais que poderiam conferir sustentação ao plano.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é o tema do artigo de Francisca Edilma Braga Soares Aureliano e Maria Aparecida de Queiroz. O PAR foi lançado em 2007 como um instrumento para descentralizar as ações e recursos da União aos demais entes federados no intuito de melhorar à qualidade, eficiência e equidade na implementação de políticas educacionais. As análises apresentadas pelas autoras indicam que o PAR traz a perspectiva de consolidar o regime de colaboração por meio da gestão democrática e ao priorizar a descentralização das ações da União para municípios e estados, embora mantenha a centralização dos recursos financeiros.

O artigo de Clotenir Damasceno Rabelo, “Coordenação e colaboração federativa na política e gestão da formação continuada de professores de 2003 a 2006”, analisa a política e a gestão da formação continuada de professores no Brasil, considerando a coordenação e colaboração federativa. Para o autor a formação continuada de professores neste período foi marcada por uma formulação federal centralizada e oferta descentralizada.

Daniela Cunha Terto e Alda Maria Duarte Araújo Castro no artigo “Federalismo e relações intergovernamentais no fortalecimento dos órgãos colegiados do município de Riachuelo/RN” avaliam o inter-relacionamento entre o governo federal e o município de Riachuelo/RN por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, ao prospeçar avanços na gestão democrática local.

Fechando o dossiê, outro estudo de caso é o apresentado no artigo de Cecília Neves Lima, Pablo Silva Machado Bispo dos Santos, e Leonardo Dias da Fonseca intitulado “Diretores Escolares do Rio de Janeiro e sua Relação com a Gestão Democrática: a experiência da Especialização em Gestão Escolar (Escola de Gestores) UFF/SEB/MEC”. O artigo descreve a experiência do Curso de Especialização em Gestão Escolar para a formação de diretores responsáveis por escolas municipais e analisa as relações entre o local e o nacional na efetivação de um SNE administrado com base nos princípios constitucionais da Gestão Democrática.

Com o conjunto de artigos apresentados neste dossiê, espera-se reforçar a atualidade e a relevância da discussão, da compreensão e do aprofundamento dos dilemas do pacto federativo no que tange à: a) necessária regulamentação do Sistema Nacional de Educação; b) definição do regime de colaboração; c) democratização da gestão educacional e ampliação nos espaços de participação social, em tempos assinalados pelo déficit democrático e pela descrença nas instituições políticas e participativas.

Somados todos os esforços para submissão, organização e publicação deste dossiê, agradecemos aos autores nacionais e internacionais pelas contribuições. Agradecemos também ao Comitê Editorial e Científico e aos avaliadores *ad hoc* pelo cuidado com os originais. Aos leitores desejamos que este dossiê fomente novas pesquisas e estudos sobre o federalismo articulados à garantia do direito à educação, à organização nacional da educação e aos processos e movimentos de participação social e democrática.

Boa Leitura!

Gilda Cardoso de Araújo

Universidade Federal do Espírito Santo

Rodrigo Ferreira Rodrigues

Universidade Federal do Espírito Santo

Rosenery Pimentel do Nascimento

Universidade Federal do Espírito Santo

Lílian Barros Pereira Campos

Universidade Federal de Itajubá

Organizadores